Pedido de licença especial para conclusão de obras inacabadas

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome / Denominação

Tipo de Entidade[a]

NIF/NIPC | N.º de identificação civil

Domicílio / Sede

Código Postal | Localidade

Contacto telefónico | E-mail

Na qualidade de[b]

2. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome

NIF | Doc. de identificação / N.º

Domicílio / Sede

Código Postal | Localidade

Contacto telefónico | E-mail

Na qualidade de ☐ Mandatário ☐ Sócio-gerente ☐ Administrador

☐ Outro:

3. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO E DO PROCESSO

Local da obra / morada:

Freguesia:

Descrição predial n.º:

Artigo matricial n.º: | Processo municipal n.º:

Procedimento anterior: ☐ Licenciamento ☐ Comunicação prévia | Título / referência:

Data / referência da caducidade (se conhecida):

4. OBJETO DO PEDIDO

Requer, ao abrigo do artigo 88.º do RJUE, a emissão de licença especial para a realização dos trabalhos necessários à conclusão da obra inacabada identificada, conforme memória descritiva e demais elementos anexos.

Estado atual da obra (assinalar): ☐ Estrutura ☐ Cobertura ☐ Fachadas ☐ Instalações técnicas ☐ Acabamentos ☐ Outro

Trabalhos por executar (síntese):

Prazo pretendido para a conclusão: meses

Justificação do pedido:

5. DOCUMENTOS A JUNTAR, CONFORME APLICÁVEL

☐ Memória descritiva do estado da obra, trabalhos necessários e fundamentação

☐ Fotografias atuais da obra

☐ Peças desenhadas que identifiquem a situação existente e os trabalhos a concluir

☐ Calendarização / prazo de execução proposto

☐ Documento comprovativo da legitimidade ou representação, quando necessário

☐ Outros elementos legalmente exigíveis para a apreciação do pedido:

6. DECLARAÇÃO E ASSINATURA

Declaro que as informações prestadas correspondem à verdade e que os elementos anexos se destinam à apreciação do presente pedido.

Figueira de Castelo Rodrigo, [ ] de [ ] de 20[ ]

Assinatura do requerente / representante

_____

Nota: O Município poderá solicitar elementos adicionais legalmente exigíveis e necessários à apreciação do pedido. Os dados pessoais são tratados exclusivamente para a tramitação do procedimento administrativo, nos termos da legislação aplicável.